AGRICULTURA E INFLAÇÃO

Repetindo equívoco que se vai arraigando, os jornais registraram opiniões, em dezembro passado, segundo as quais a "alta dos produtos agrícolas puxou a inflação" e, de lá para cá, autoridades governamentais têm repisado que as contundentes taxas inflacionárias se devem ao que chamam de **choque agrícola.**

"... mesmo se as condições climáticas fossem normais, a safra 1985/86 seria menor".

No final do ano, a maior região produtora de matérias-primas agrícolas e alimentos *in natura* do país — o Centro-Sul — foi castigada por seca que prejudicou o plantio da safra 1985/86 e deverá reduzir substancialmente, em 1986, a colheita de algodão, feijão, milho, café, soja, bem como a produção animal. Contudo, sublinhe-se que, mesmo se as condições climáticas fossem normais, a safra 1985/86 seria menor do que a safra anterior, em que essas condições foram excepcionais, ensejando rendimentos agrícolas que se não repetiriam desta feita.

É indiscutível que a prolongada estiagem gerou expectativas de redução da oferta futura de produtos agrícolas e, em conseqüência, alta de preços, sobretudo nas fases finais da comercialização da excelente safra colhida, a qual, registre-se, estava já quase totalmente fora do Setor Agrícola. É sabido que a inflação se move, também, em função das expectativas que dela se tem. Mesmo assim, algumas pressões inflacionárias poderiam ter sido neutralizadas ou grandemente minimizadas, através de políticas agrícolas e de abastecimento mais conseqüentes.

PRODUTOS AGRÍCOLAS. Os preços se referem ao que é pago efetivamente, em dinheiro, aos agricultores, na porta de seus estabelecimentos, e não incluem despesas com sacarias, impostos e/ou transportes. São produtos *in natura*, sujeito um ou outro a algum beneficiamento mínimo, tal como a debulha do milho. Dentre os principais produtos agrícolas estão o algodão **em caroço**, o amendoim **em casca**, o arroz **em casca**, o cacau **em amêndoas**, o café **em coco**, o fumo **em folha** ou o trigo **em grão**. O método de coleta dos preços dos produtos agrícolas tem sido amplamente divulgado, pelo CEA/IBRE/FGV, desde 1966.

PRODUTOS DE ORIGEM AGRÍCOLA. São gêneros que têm como principal matéria-prima produtos originários do Setor Agrícola e que passam por processamentos, em diferentes graus. Seus preços, tomados no atacado e/ou no varejo, incluem, além dos lucros, os custos desses processos, mais os dos sucessivos estágios de comercialização, dos transportes, das sacarias, dos armazenamentos, dos seguros, dos impostos e taxas, dos de energia elétrica, gás, telefone e muitos outros custos **urbanos**, isto é, não agrícolas. Estes custos urbanos amiúde revelam variações positivas muito mais fortes do que as dos preços dos produtos agrícolas e, diferentemente deles, nunca baixam seus níveis absolutos. No preço pago pelo consumidor final, no nível do varejo, a parcela relativa ao produto agrícola propriamente dito pode se constituir em uma muito reduzida fração do total. Como exemplos dos produtos de origem agrícola podem-se citar: açúcar **refinado** ou **filtrado**, arroz **beneficiado**, café **torrado ou moído.** Constitui erro querer medir a variação de preços do Setor Agrícola observando os preços urbanos, dos mercados atacadista e/ou varejista.

COMPORTAMENTO DOS PREÇOS

Convém realçar, todavia, ter sido muito grande, em termos nacionais, a safra que está no mercado, destinada a suprí-lo dos meados de 1985 até o início de 1986. A subida de preços não decorreu da escassez, mas de expectativa e com pouca ou nenhuma participação do produtor agrícola.

A colheita no Centro-Sul, em 1985, apresentou algumas características que a distingüem, globalmente, das anteriores: acentuada expansão da produção, em conseqüência da alta produtividade física obtida (decorrente de condições climáticas excepcionais) e venda ao governo federal de parcela significativa da produção. Outro aspecto que desperta curiosidade, embora esperado, dadas as circunstâncias mencionadas, é o baixo nível dos preços recebidos pelos agricultores. Contudo, esses preços não foram provocados apenas pela relativa abundância de produtos, mas também resultaram, paradoxalmente, do impacto negativo de preços mínimos extremamente favoráveis. Trata-se de uma safra que poderá ser considerada didática para os estudiosos da política agrícola brasileira. Dos acontecimentos vividos em 1985 e de suas repercussões, podem-se tirar lições interessantes quanto à futura condução dessa política.

"... safra que poderá ser considerada didática para os estudiosos da política agrícola brasileira".

A análise a seguir se centra, em particular, sobre alguns poucos produtos que, além de importantes no conjunto das lavouras, são os principais alimentos (arroz, feijão, batata), bens intermediários da própria produção alimentar (o milho, principal ração para aves e suínos), matérias-primas para a indústria (algodão) e fonte de receita externa (café e soja), bem como duas criações (boi gordo e frango).

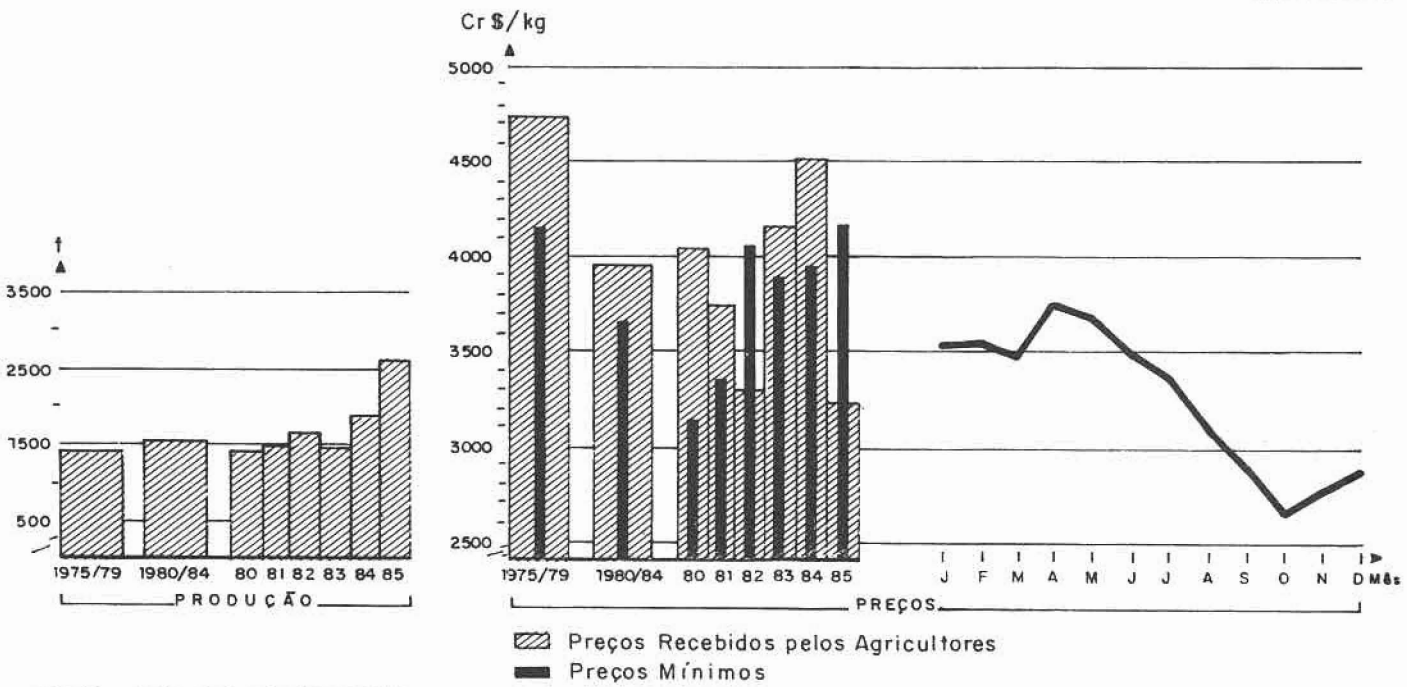
Em estudo anterior (**Agroanalysis** vol. 9, nº 2, fevereiro de 1985), registrou-se a evolução mensal dos preços de alguns produtos, no período 1980-84. Os Gráficos seguintes (01 a 09) apresentam seus preços médios no intervalo 1973-79, nos anos de 1980 e 1984 e ao longo de 1985. Os gráficos inserem, também, o preço mínimo vigorante, bem como a produção obtida nas mesmas datas.

A partir dos gráficos referidos, observa-se que a produção de algodão, soja, feijão e milho colhida em 1985 foi bastante superior à da média do qüinqüênio 1980-84. No caso do arroz, essa produção foi pouco além da média do qüinqüênio. Em todos os casos registram-se avanços em relação à média do período 1975-79.

Em termos de produção anual, contudo, apenas no que diz respeito ao algodão e à soja houve nítido avanço da produção, em 1985, relativamente ao ano anterior. Recordando o que se disse antes acerca do excepcional rendimento agrícola verificado em 1985, assinale-se que as

ALGODÃO – PRODUÇÃO BRASILEIRA' PREÇOS[1] MÍNIMOS E PREÇOS[1] RECEBIDOS PELOS PRODUTORES EM SÃO PAULO – MÉDIAS DOS PERÍODOS 1975-79, 1980-84, MÉDIAS ANUAIS 1980 A 1985 E MÉDIAS MENSAIS EM 1985

GRÁFICO 01



FONTE – IBGE, CFP, FGV/IBRE/CEA.

[1] Em Cr$ de dezembro de 1985.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA

O ano passado foi excepcional para a agricultura brasileira (+ 9%), só comparável mais proximamente, em termos gerais, ao de 1975. Colheram-se quase 14% mais produtos vegetais do que em 1984. Os produtos animais e derivados é que aumentaram pouco (+ 1,4%), repetindo, aliás, o que tem ocorrido, a partir de 1981, devendo-se notar que sua taxa de evolução foi negativa (–4,2%), em 1984. No sexênio 1980-85, o Setor Agrícola cresceu cerca de 30%, a produção industrial, 9% e a população, 16%.

Dentre as lavouras, em 1985, destacaram-se, sobremaneira, as do trigo (+ 117%), com a mais importante colheita da história da cultura; do café (+ 40%), com perto de 3,8 milhões de t, de boa qualidade, altamente expressiva também na série estatística histórica; do algodão herbáceo (+ 40%); do amendoim (+ 37%); do cacau (+ 21%); da soja (+ 18%), e da laranja (+10%), para citar as mais importantes, sendo que, exceto no caso do amendoim, os percentuais constituem recordes. As produções de arroz e feijão mantiveram-se praticamente estáveis, mas vale recordar que, no ano de 1984, cresceram 17% e 65%, respectivamente. O aumento do milho foi modesto (+ 4%), alcançando o total de 22 milhões de t. Note-se, ainda, que a safra de cana-de-açúcar somou a extraordinária quantidade de 246 milhões de t, ou seja, mais ou menos 2,5 vezes o peso da soma de todos os demais produtos vegetais.

No conjunto, portanto, o desempenho da atividade agropecuária contribuiu de modo muito significativo para a boa evolução econômica do país, em 1985 e, é claro, para garantir convenientemente o abastecimento interno de produtos alimentares e matérias-primas.

Em novembro, comentando os prognósticos preliminares da safra futura, que sugeriam retenção da área de cultivo de várias lavouras importantes, destacou o **CEA** que era de se supor viesse a produção a ser menor, sobretudo porque não se iriam repetir, com certeza, os excepcionais rendimentos físicos verificados na safra passada. Em desfavor do melhor desempenho da próxima produção vegetal militaria, ainda, em aditamento, a longa e intempestiva estiagem que estava assolando largas manchas do Centro-Sul. Naquela oportunidade, não se dispunha, como até agora, de informação oficial quanto à extensão dessa inclemência climática.

Por conta dessa previsão de perdas futuras, engrossada pela antevisão de catástrofe, larga e insistentemente difundida, começaram a saltar os preços, alcançando patamares muito altos. No nível do agricultor, as cotações entre janeiro e dezembro variaram 259%, no geral, sendo 261% nas lavouras e 256% nos produtos animais. No mercado atacadista, os preços dos produtos de origem agrícola cresceram 275%, revelando ampliação das margens de comércio, o que, aliás, vem ocorrendo, sucessivamente, desde 1977. No mesmo intervalo de tempo, o **IPCA** e o **IGP-DI** subiram 234% e 235%, respectivamente.

É estranho esse comportamento dos preços, tendo em vista, conforme se assinalou, que a safra agrícola foi extraordinariamente favorável e que, durante a maior parte dos meses de seu normal escoamento, os preços vigentes no mercado, para o produtor, estiveram abaixo do mínimo garantido pelo governo. Dizia-se, durante quase todo o ano, que, por isso mesmo, o governo havia adquirido substanciais quantidades de produtos, possivelmente além de em qualquer outra época.

A ascensão mais espetacular de preços no mercado interno se refere ao café (torrado e moído, cerca de + 450% no varejo), em cuja lavoura, industrialização e comércio há prolongada interveniência governamental. Contudo, em 1985, com a exportação de café, verificaram-se decréscimos de 2,6% na quantidade e de 8,8% no valor. O consumidor brasileiro pagou bem mais caro e o estrangeiro um pouco mais barato.

No que concerne à cana-de-açúcar, o preço foi maior apenas 192% no ano, mas, no varejo do Rio de Janeiro, o açúcar refinado subiu 207% e o álcool hidratado (largamente subsidiado) 146% (em qualquer dos casos, menos, pois, do que a taxa de inflação). A atividade, do mesmo modo como a do café, há vários decênios está umbelicalmente vinculada ao governo.

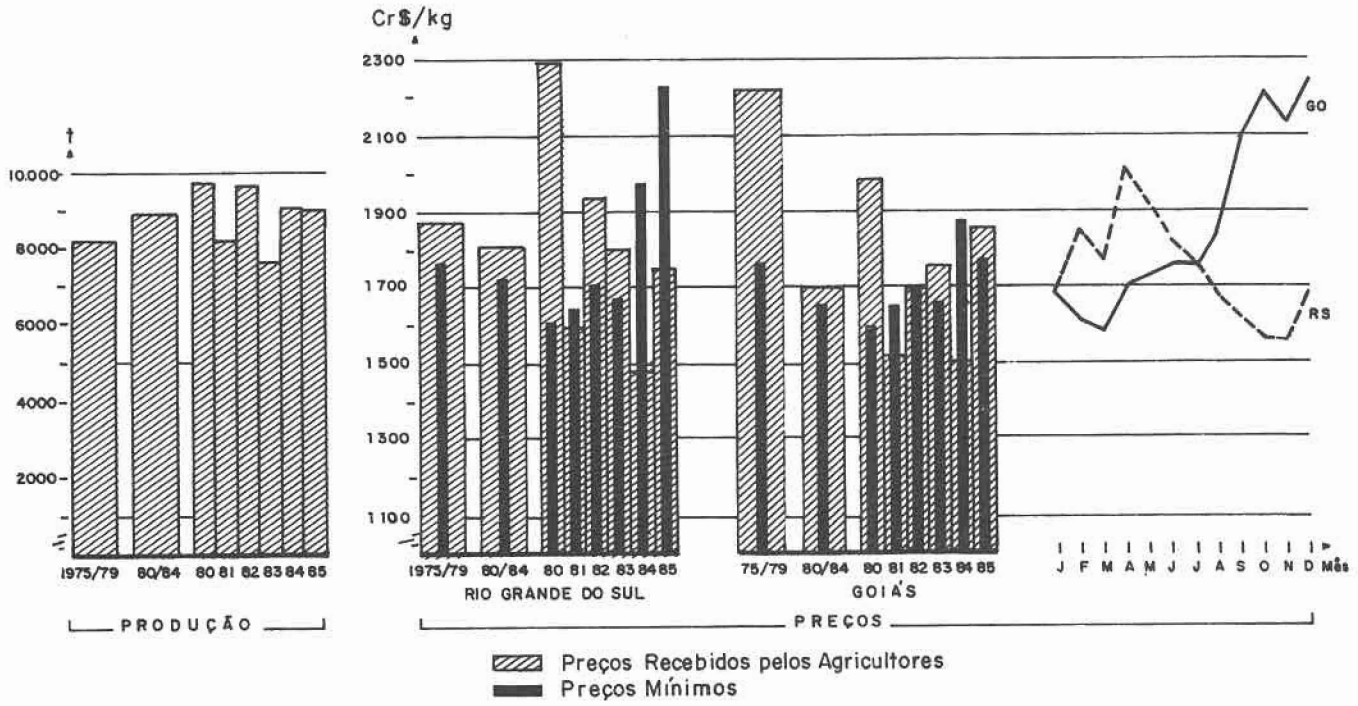
O preço da soja (para mencionar só mais um produto), no nível do produtor, igualmente evoluiu bem abaixo do índice inflacionário, sendo menor do que em 1984 e semelhante, em termos reais, aos anos de 1981, 1982 e 1983. Registraram-se substanciais quedas de preços no mercado externo. O óleo de soja, no varejo da cidade de São Paulo, aumentou cerca de 120%.

Em resumo: a produção agropecuária destinada a assegurar o abastecimento durante 1985 e parte de 1986 foi farta. Não houve, nem há, escassez de qualquer gênero no país. Ainda assim, vários preços decolaram, sob a justificativa de que a próxima safra poderá vir a ser menor, em virtude da inclemência climática em parte do Centro-Sul.

(Parte introdutiva do artigo sobre o retrospecto da atividade agropecuária no ano de 1985, publicado em **Conjuntura Econômica** de fevereiro. Um estudo mais detalhado, da equipe do CEA/IBRE/FGV, está no prelo).

ARROZ – PRODUÇÃO BRASILEIRA, PREÇOS[1] MÍNIMOS E PREÇOS[1] RECEBIDOS PELOS PRODUTORES NO RIO GRANDE DO SUL E GOIÁS – MÉDIAS DOS PERÍODOS 1975-79, 1980-84, MÉDIAS ANUAIS 1980 A 1985 E MÉDIAS MENSAIS EM 1985

GRÁFICO 02

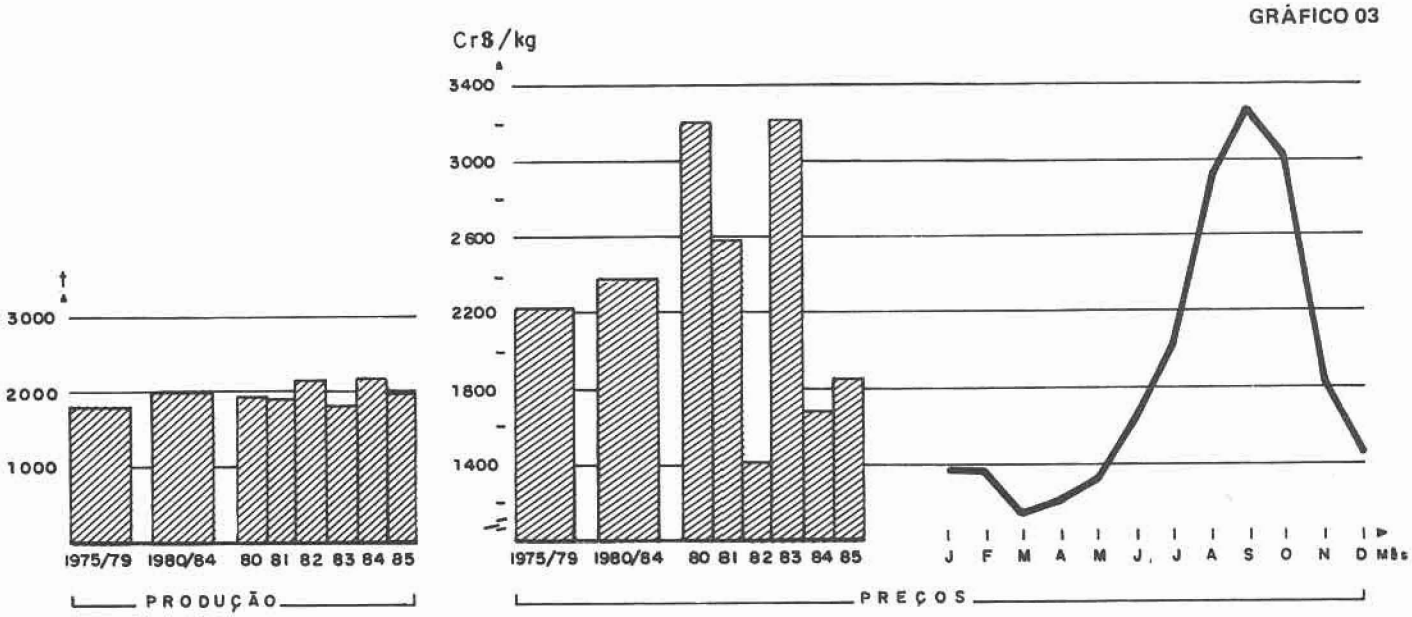


FONTE – IBGE, CFP, FGV/IBRE/CEA.

[1] Em Cr$ de dezembro de 1985.

BATATA INGLESA – PRODUÇÃO BRASILEIRA E PREÇOS[1] RECEBIDOS PELOS PRODUTORES EM SÃO PAULO – MÉDIAS DOS PERÍODOS 1975-79, 1980-84, MÉDIAS ANUAIS 1980 A 1985 E MÉDIAS MENSAIS EM 1985

GRÁFICO 03

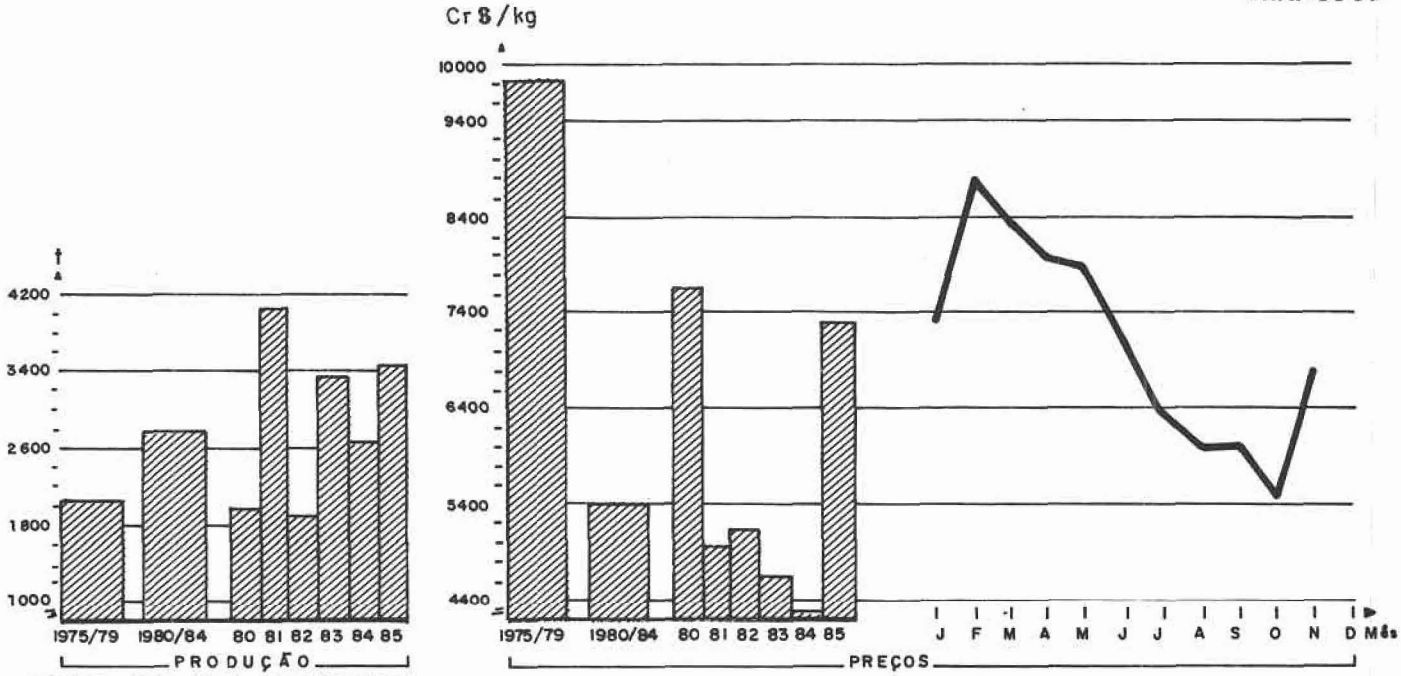


FONTE – IBGE, CFP, FGV/IBRE/CEA.

[1] Em Cr$ de dezembro de 1985.

CAFÉ – PRODUÇÃO BRASILEIRA E PREÇOS[1] RECEBIDOS PELOS PRODUTORES EM SÃO PAULO – MÉDIAS DOS PERÍODOS 1975-79, 1980-84, MÉDIAS ANUAIS 1980 A 1985 E MÉDIAS MENSAIS EM 1985

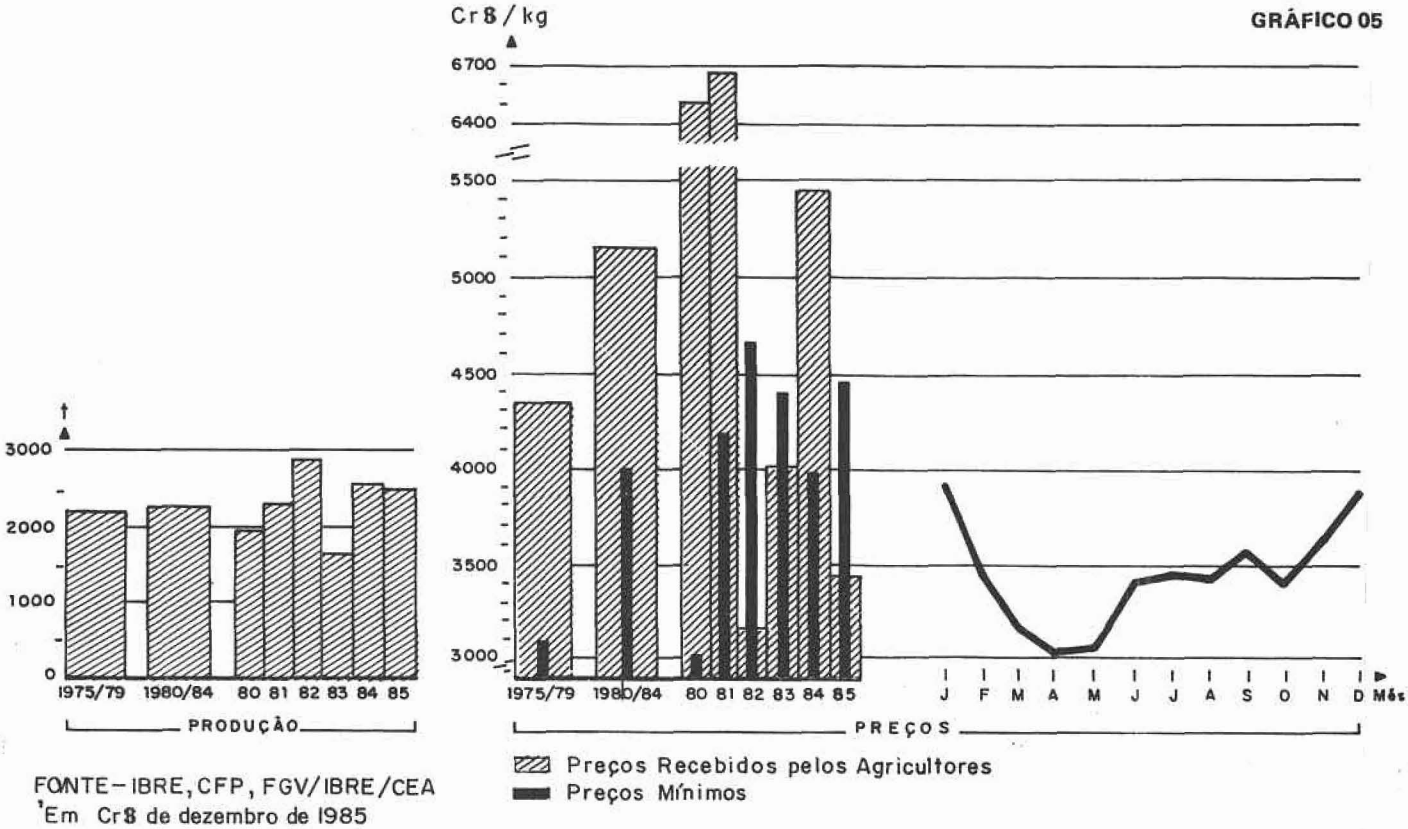
GRÁFICO 04



FONTE - IBGE, CFP, FGV/IBRE/CEA.
[1] Em Cr$ de dezembro de 1985

FEIJÃO – PRODUÇÃO BRASILEIRA, PREÇOS[1] MÍNIMOS E PREÇOS[1] RECEBIDOS PELOS PRODUTORES NO PARANÁ – MÉDIAS DOS PERÍODOS 1975-79, 1980-84, MÉDIAS ANUAIS 1980 A 1985 E MÉDIAS MENSAIS EM 1985

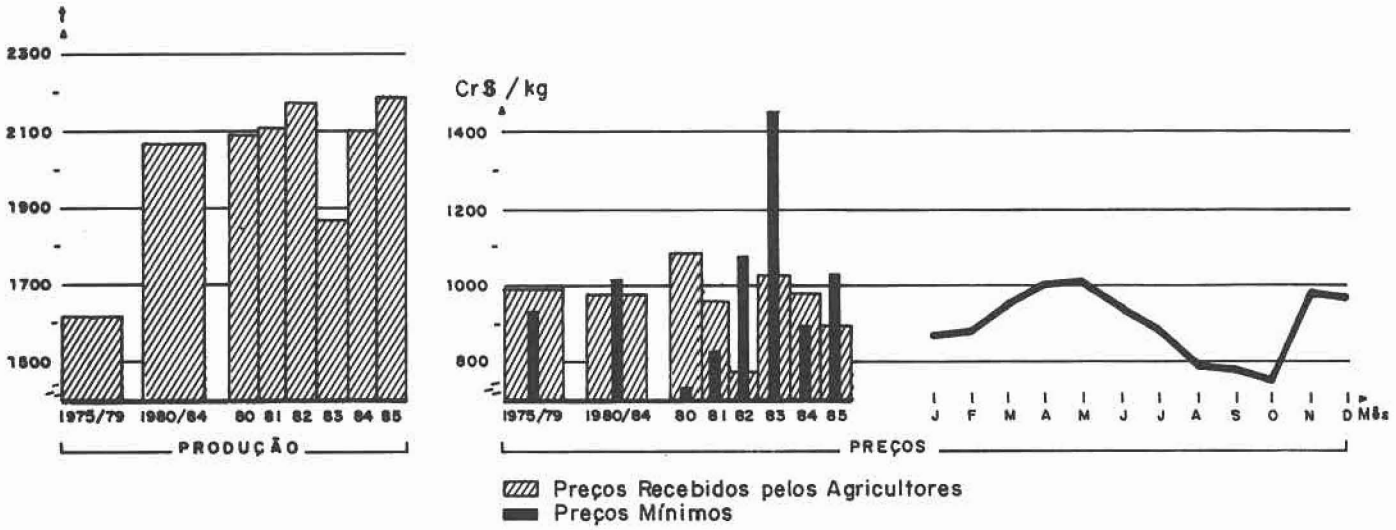
GRÁFICO 05



FONTE – IBRE, CFP, FGV/IBRE/CEA
[1] Em Cr$ de dezembro de 1985

MILHO – PRODUÇÃO BRASILEIRA, PREÇOS[1] MÍNIMOS E PREÇOS[1] RECEBIDOS PELOS PRODUTORES NO PARANÁ – MÉDIAS DOS PERÍODOS 1975-79, 1980-84 MÉDIAS DOS PERÍODOS 1975-79, 1980-84, MÉDIAS ANUAIS 1980 A 1985 E MÉDIAS MENSAIS EM 1985.

GRÁFICO 06

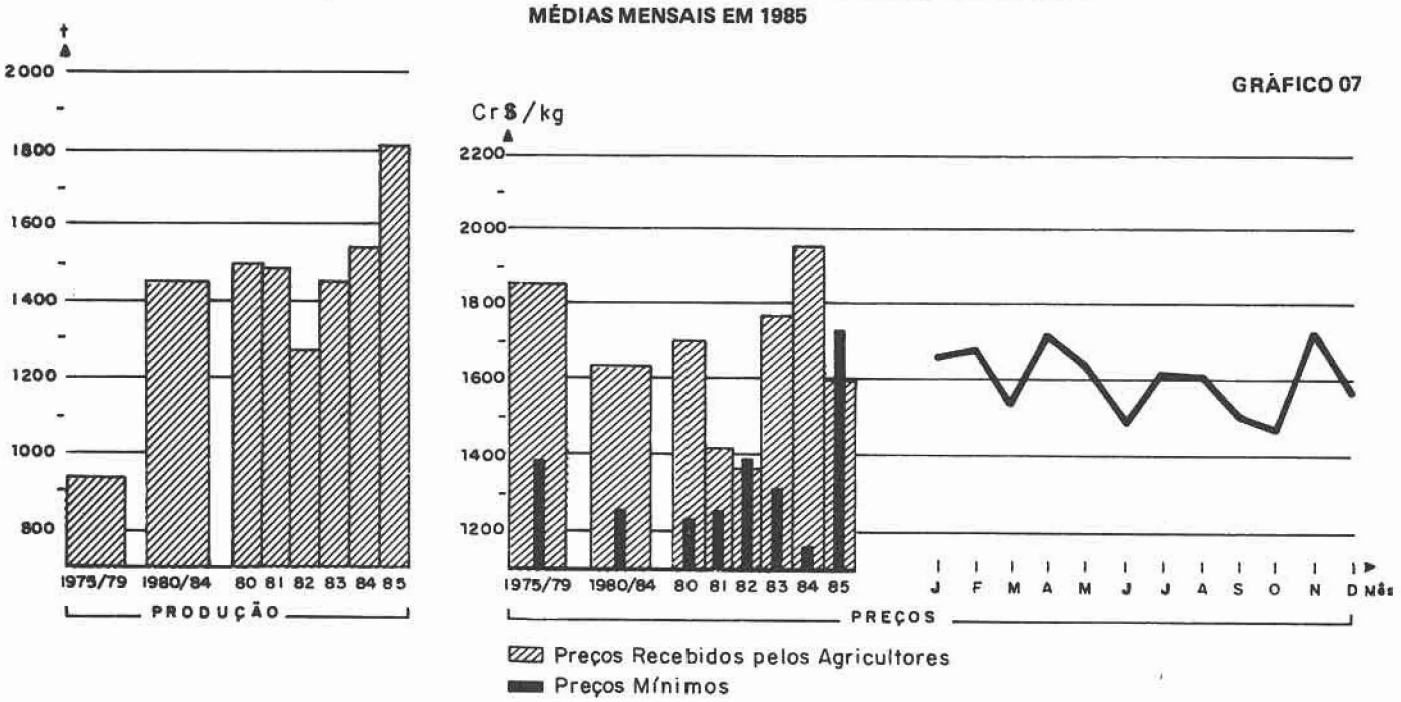


FONTE – IBGE, CFP, FGV/IBRE/CEA.

[1] Em Cr$ de dezembro de 1985.

SOJA – PRODUÇÃO BRASILEIRA, PREÇOS[1] MÍNIMOS E PREÇOS[1] RECEBIDOS PELOS PRODUTORES NO RIO GRANDE DO SUL – MÉDIA DOS PERÍODOS 1975-79, 1980-84, MÉDIAS DOS PERÍODOS 1975-79, 1980-84, MÉDIAS ANUAIS 1980 A 1985 E MÉDIAS MENSAIS EM 1985

GRÁFICO 07

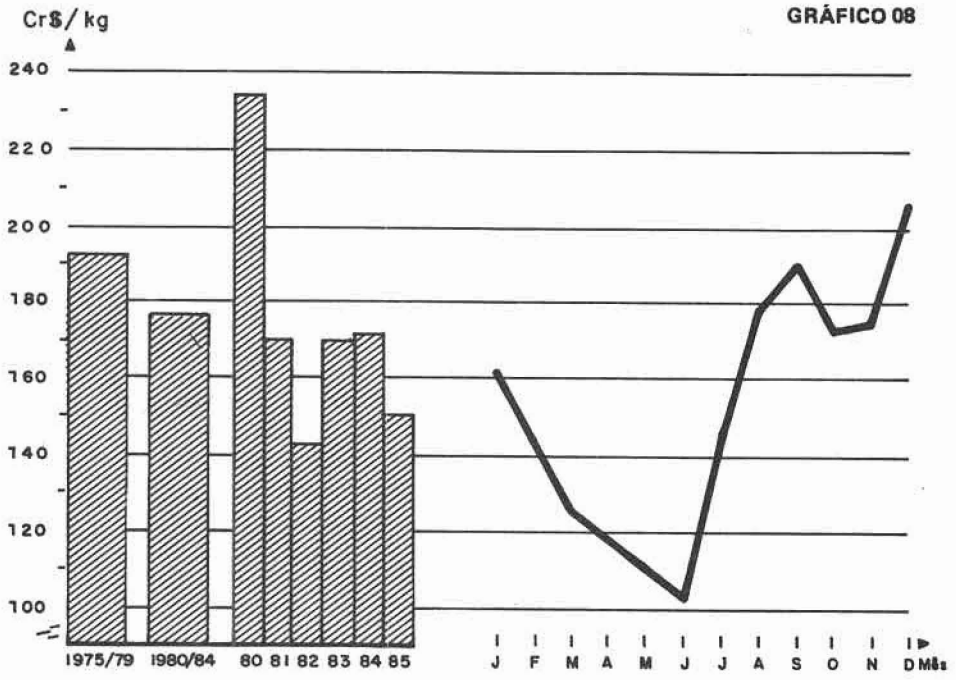


FONTE – IBGE, CFP, FGV/IBRE/CEA.

[1] Em Cr$ de dezembro de 1985.

BOI GORDO PARA CORTE – PREÇOS[1] RECEBIDOS PELOS PRODUTORES EM SÃO PAULO – MÉDIAS DOS PERÍODOS 1975-79, 1980-84, MÉDIAS ANUAIS 1980 A 1985 E MÉDIAS MENSAIS EM 1985

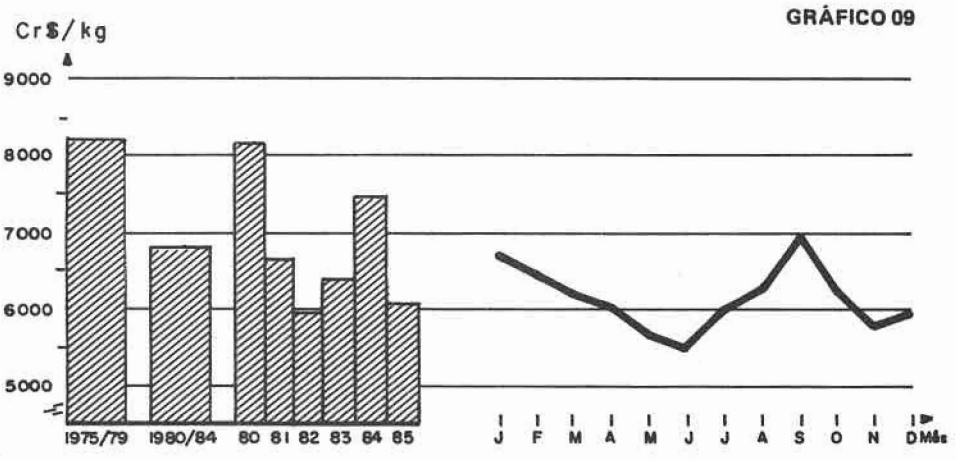
GRÁFICO 08



FONTE – IBGE, CFP, FGV/IBRE/CEA.
[1] Em Cr$ de dezembro de 1985.

FRANGO PARA CORTE – PREÇOS[1] RECEBIDOS PELOS PRODUTORES EM SÃO PAULO – MÉDIAS DOS PERÍODOS 1975-79, 1980-84, MÉDIAS ANUAIS 1980 A 1985 E MÉDIAS MENSAIS EM 1985

GRÁFICO 09



FONTE – IBGE, CFP, FGV/IBRE/CEA.
[1] Em Cr$ de dezembro de 1985.

áreas de milho e arroz registraram declínio (–3% e –11%, respectivamente); a área com feijão permaneceu estável; e as áreas com algodão e soja tiveram aumento (+ 30%, + 8%, respectivamente).

Por outro lado, observando-se os preços daqueles produtos, contrariamente ao alardeado, verifica-se que, com exceção do arroz, da batata-inglesa e do café, foram bastante menores do que os do ano anterior e, com a única exceção do café, foram inferiores à média dos preços recebidos no período 1980-84. Cabe, portanto, indagar-se se o comportamento da produção justifica, por si só, tal redução dos preços.

PREÇOS MÍNIMOS

Tomando-se os casos do arroz, do feijão e do milho, cujas produções de 1984 e 1985 foram muito semelhantes, pode-se constatar que, enquanto os preços do arroz subiram em relação ao ano anterior, os preços do milho e do feijão caíram consideravelmente. Já os preços mínimos dos produtos cobertos pela política de garantia registraram aumentos consideráveis.

Sabe-se que, em economia, é extremamente difícil determinar relações de causa e efeito, mas as de dependência entre fois fenômenos podem ser estabelecidas com relativa facilidade. A observação dos gráficos parece deixar nítido que preços de mercado baixos e preços mínimos elevados freqüentemente estão juntos. Tome-se o ano de 1982 como exemplo, quando os preços recebidos pelos produtores de algodão, feijão, milho e soja foram inferiores à média do qüinqüênio 1980-84, enquanto que os preços mínimos desses produtos foram superiores à média do qüinqüênio referido. O mesmo ocorreu em 1985.

A diferença entre preços recebidos e preços mínimos, em 1985, pode ser atribuída a um efeito perverso da política adotada em 1984, para estimular a lavoura: fixação de preços básicos elevados em relação aos vigentes nas três safras anteriores (ver Quadro 01). É verdade que os preços-base vinham-se deteriorando acentuadamente nesse período, mas ainda assim, a correção desses preços, até o mês de março, colocou os preços mínimos em níveis tais que superaram amplamente os preços oferecidos pelo mercado. Estes vinham crescendo, de modo geral, menos do que a inflação, no período entre agosto de 1984 e março de 1985, enquanto que os preços-base estavam sendo corrigidos pelas variações das **ORTN**. Deste modo, entre o plantio da safra 1984/85 e sua colheita, os preços de mercado e os mínimos seguiram trajetórias opostas.

Muitos agricultores, em 1985, optaram por vender sua safra diretamente à **Companhia de Financiamento da Produção — CFP**, supondo muito arriscado aguardar uma recuperação, dos preços de mercado, suficiente para assegurar a remuneração dos encargos financeiros dos empréstimos de comercialização (correção monetária e juros de 3% a.a.). No caso do algodão e da soja, o estímulo à venda direta, através da **AGF**, foi aumentado pela decisão, vigente no início da safra, de se antecipar aos agricultores apenas 60% do preço mínimo, quantia sem dúvida insuficiente para permitir ao agricultor saldar compromissos vincendos na época da colheita. Agricultores que, por um ou outro motivo, decidiram vender sua produção a particulares, receberam preços abaixo do mínimo oficial.

"... as elevadas aquisições do governo... criaram uma escassez forçada, a qual contribuiu para a alta dos preços ao nível do atacado".

As elevadas aquisições do governo tiveram outro efeito: ao retirarem do mercado tradicional substanciais quantidades de produtos, criaram uma escassez forçada, a qual contribuiu para a alta de preços no nível do atacado, que se configurou no início do segundo semestre de 1985. Nesse momento, o governo federal, dispondo de elevado estoque, começou a discutir como colocá-lo no mercado. Muitos pronunciamentos se deram no sentido de que as vendas desses produtos se fizessem pelos custos dos **EGF**, ou seja, pelo preço de aquisição, corrigido monetariamente, mais os gastos com estocagem, até o momento da venda. Autoridades ligadas à área do **Ministério da Fazenda** advogaram pelas vendas a preços menores, como forma de não propagar a inflação passada e, ainda, contribuir para a queda dos preços dos produtos de origem agrícola nos níveis de atacado e varejo, componentes fundamentais do cálculo da inflação.

Esta última alternativa foi a escolhida e o governo repassou integralmente ao mercado, no segundo semestre, tudo o que tinha adquirido no primeiro.

Daí advieram vários problemas, sendo dos mais importantes o causado aos setores tradicionais, que optaram pela estocagem com recursos próprios e que, evidentemente, ao levarem em conta os seus custos, teriam prejuízo se colocassem seus estoques no mercado, pelo preço de venda estabelecido pelo governo. Mais tarde, a partir de setembro-outubro, aquela decisão incentivou uma corrida para aquisição dos estoques governamentais, pois começou-se a prever ganhos extraordinários em função da escassez que poderia ocorrer, caso a estiagem reduzisse substancialmente a safra a ser colhida em 1986.

QUADRO 01 — CENTRO-SUL — PREÇOS-BASE PARA LAVOURAS SELECIONADAS SAFRAS 1981/82 A 1984/85 — Cr$/kg
(Preços de dezembro de 1985)

PRODUTO	SAFRA			
	1981/82	1982/83	1983/84	1984/85
Algodão em caroço	2.230	2.171	2.689	2.538
Arroz de sequeiro	977	930	1.130	1.142
Arroz irrigado	977	930	1.353	1.358
Feijão	2.564	2.442	2.420	2.866
Milho	598	568	622	687
Soja	769	734	729	1.058

FONTE — Dados primários — Comissão de Financiamento da Produção.

POLÍTICA AGRÍCOLA

A experiência tem demonstrado que uma política agrícola não pode nem deveria ser implementada com o objetivo **maior** de combater à inflação do mês seguinte. Podem advir enormes prejuízos.

Quando as autoridades estabelecerem que, pelos empréstimos de comercialização, seria cobrada a variação da **ORTN**, mais 3% de juros (assim como nos demais empréstimos do crédito rural), definiram que não haveria mais subsídio na comercialização, exceto o diferencial entre a taxa de mercado e os 3% pagos pelos

EGF. No entanto, ao vender seus enormes estoques abaixo do preço real de aquisição, o governo federal instituiu um novo subsídio à comercialização, embora isso não ficasse definido. O que é pior: sem que se nomeasse claramente quem iria beneficiar-se desse subsídio.

Os produtores venderam ao governo, porque eram baixos os preços no mercado. O setor intermediário se desinteressou da estocagem, alegando que perderia dinheiro. Os consumidores pagaram pelos produtos, no segundo semestre, preços elevadíssimos, que estão sendo alardeados como os principais causadores do aumento descontrolado da inflação.

É bem verdade que há mais personagens nessa história. Apesar dos grandes estoques do governo, eram conhecidas as necessidades de importação de certos produtos, como é o caso do arroz. A contratação da importação foi, no entanto, retardada desnecessariamente.

A seca, por seu lado, ganhou o papel de vilã, mas não pode ser responsabilizada pela especulação, advinda do mau funcionamento de alguns mercados.

De qualquer modo, é exagerado, como de costume, o peso que vem sendo atribuído à agricultura pelo crescimento da inflação. Veja-se o comportamentodos preços: mesmo no atacado, os preços do milho e da soja evoluíram, em 1985, abaixo da inflação, medida pelo **IGP-DI**. Conforme se observa no Quadro 02, os preços cresceram de forma mais acentuada no segundo semestre, aliás, como sempre ocorre com os produtos de origem agrícola. As exceções ficam por conta do arroz gaúcho e do feijão, que inverteram esse comportamento. No Quadro 02, registra-se que produtos como café, carne, milho e soja evoluíram, no primeiro semestre, muito abaixo do crescimento geral dos preços, medido por qualquer índice.

Poder-se-ia acrescentar ainda que, de um conjunto de nove produtos observados, foram os preços do café, do frango, da carne e do feijão que apresentaram os maiores incrementos no ano de 1985, que se examina, sendo que os três primeiros no segundo semestre. Nestes casos, as altas se explicam muito mais pela falta e/ou inconstância do controle governamental do que por escassez, exceto no caso do feijão cuja quebra real de safra se configurou a partir de outubro.

Deixou de ser feito estoque regulador de carne bovina, o que possibilitou uma disparada de preços no segundo semestre, acompanhada pelo frango, que, por sua vez, aumentou 429% em um ano, quando as cotações do milho e da soja — principais insumos na fabricação de rações — cresceram, respectivamente, 211% e 148%.

O café é um capítulo à parte. Foi colhida uma das maiores safras dos últimos anos e este produto (como o açúcar e o trigo) sempre esteve, e está, umbelicalmente vinculado ao governo federal, ao longo dos processos produtivo e comercial. Mesmo assim, permitiu-se que altas da ordem de 50% (entre julho e dezembro) dos preços no exterior se transformassem em aumentos da magnitude de cerca de 450% nas cotações no mercado atacadista, no mesmo período, repassados, evidentemente, ao varejo. Haverá quebra da safra a ser colhida no segundo semestre de 1986, sem que se saiba, até agora, qual a sua amplitude.

QUADRO 02 – SÃO PAULO – VARIAÇÃO PERCENTUAL DE PREÇOS NO ATACADO DE PRODUTOS SELECIONADOS E DE ÍNDICES DE PREÇOS EM NÍVEL NACIONAL 1985

PRODUTO	PERÍODO		
	Jan-jun	Jul-dez	Jan-dez
Algodão, tipo 6, Sul do BR	74	112	270
Arroz amarelão, est. cen.	104	65	236
Café, tipo 6	42	456	690
Boi gordo	7	273	300
Feijão carioquinha esp.	117	101	335
Frango vivo	81	192	429
Milho amarelo semiduro	35	130	211
Soja, grão industrial	23	101	148
IGP-DI	74	92	235
IPA-DI	71	90	226
ICV	78	96	249
IPCA	76	89	234

FONTE – Bolsa de Cereais e Bolsa de Mercadorias de São Paulo, FGV/IBRE/CEE, IBGE.

INFLUÊNCIA DA ESTOCAGEM

Depois dessa *performance*, e apesar dela, é surpreendente como se insiste em atribuir à estiagem a **explosão inflacionária.**

Aliás, é interessante verificar a confusão que se estabeleceu, historicamente, no caso da inflação brasileira, entre causa e efeito. No final de cada mês, ao se conhecer a evolução do conjunto de índices, constata-se que determinado item subiu acima da média e, então, atribui-se-lhe a causa da inflação. Realmente, visto desse ângulo, pode-se dizer, por exemplo, que os produtos de origem agrícola que compõem o **IPA** fizeram crescer a inflação pressionados, por sua vez, pelos sub-itens **legumes** e **frutas** ou **lavouras para exportação.**

O Gráfico 10 apresenta as taxas de crescimento percentual dos diversos componentes do **IPA** entre janeiro e dezembro de 1985, bem como a participação percentual dos mesmos no agregado. Pode-se constatar que o aumento dos produtos de origem agrícola que entram na composição do **IPA** foi bastante diferenciado, destacando-se as altas das **lavouras de exportação**, dos **legumes e frutas** e dos **produtos animais e derivados**. Os preços de **cereais e grãos** e de **raízes e tubérculos** tiveram crescimento inferior à média.

Contudo, a simples constatação de aumento ou diminuição de taxas de variação de preços não deveria orientar, por si só, uma política de combate à inflação. De fato, a evolução dos índices de preços é conseqüência de ocorrências na área de produção e circulação de mercadorias.

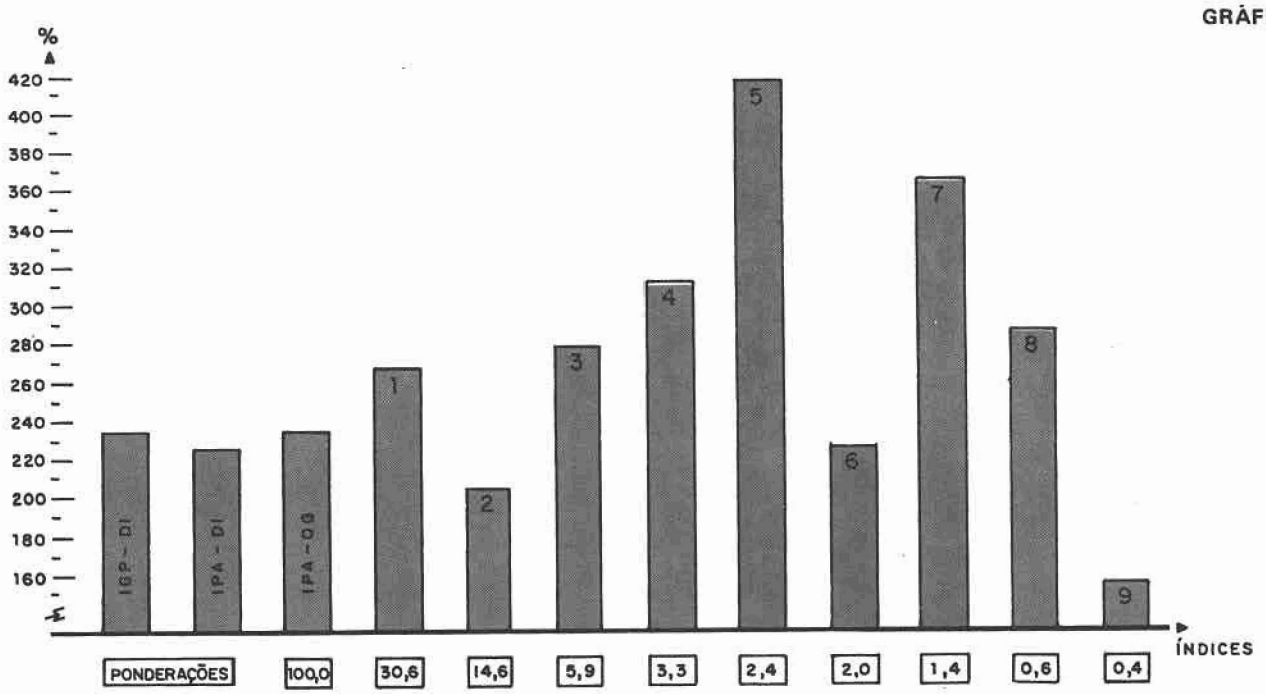
" ... não houve, em 1985, problema de escassez na área da produção agrícola capaz de causar qualquer repercussão inflacionária".

Conforme já foi exaustivamente comentado, não houve, em 1985, problema de escassez na área da produção agrícola (incluindo o caso do café) capaz de causar qualquer repercussão inflacionária. As causas das altas dos preços dos produtos de origem agrícola em 1985 se situam na esfera da comercialização.

Parece que está sobejamente comprovado que a constatação, **a posteriori**, do crescimento das taxas de inflação e a adoção de medidas para conter a variação de alguns itens dos índices de preços no mês seguinte são incapazes de surtir qualquer efeito. Pior ainda, é o anúncio de medidas sem sua efetiva concretização, o que estimula maior especulação. No Brasil, onde a produção de gêneros básicos é excessivamente colada ao consumo, ou as autoridades governamentais resolvem conduzir uma política de abastecimento (o que é bem mais abrangente do que deter estoques durante alguns meses

ÍNDICES DE PREÇOS SELECIONADOS — VARIAÇÃO PERCENTUAL EM 1985

GRÁFICO 10



FONTE — Conjuntura Econômica

1 - IPA - OG PRODUTOS AGRÍCOLAS
2 - IPA - OG PRODUTOS AGRÍCOLAS (CEREAIS) AMENDOIM, AVEIA, CEVADA, FEIJÃO, MILHO, SOJA E TRIGO.
3 - IPA - OG PRODUTOS AGRÍCOLAS (ANIMAIS E DERIVADOS) CRUSTÁCEOS, LEITE, OVOS E PEIXES.
4 - IPA - OG PRODUTOS AGRÍCOLAS (LEGUMES E FRUTAS) ABACAXI, BANANA, LARANJA, LIMÃO, MACÃ, PERA, TOMATE E UVA.
5 - IPA - OG PRODUTOS AGRÍCOLAS (LAVOURAS PARA EXPORTAÇÃO) CACAU E CAFÉ.
6 - IPA - OG PRODUTOS AGRÍCOLAS (RAÍZES E TUBÉRCULOS) BATATA-DOCE, BATATATA-INGLESA E MANDIOCA.
7 - IPA - OG PRODUTOS AGRÍCOLAS (OUTROS) ALHO, BORRACHA, CASTANHA-DO-PARÁ, ERVA-MATE, FUMO EM FOLHA E PIMENTA DO REINO.
8 - IPA - OG PRODUTOS AGRÍCOLAS (FIBRAS VEGETAIS) JUTA, PIAÇAVA E SISAL.
9 - IPA - OG PRODUTOS AGRÍCOLAS (OLEAGINOSAS) BABAÇU, COCO-DA-BAHIA.

do ano) ou a agricultura sempre pressionará a inflação.

No ano passado, ficou evidenciado que não basta ao governo federal ter estoques de produtos e/ou anunciar importações para que se reduza o crescimento dos preços. É preciso garantir a colocação de produtos no mercado, em quantidades suficientes e no tempo certo, para refrear os movimentos especulativos.

INFLAÇÃO POLÊMICA

Quando a inflação se elevou, em 1985, mudou-se a fórmula de seu cálculo, em agosto, e, como os preços teimassem em continuar crescendo acima das expectativas, mudou-se, em novembro, o índice que mede a inflação. O **Índice Geral de Preços,** calculado pela **Fundação Getúlio Vargas,** foi substituído pelo **Índice de Preços ao Consumidor – Amplo – IPCA,** do **IBGE,** supostamente mais adequado para medir a evolução dos preços. Sem entrar no mérito da questão, vale apenas lembrar que o **IPCA,** como o próprio nome diz, mede os preços no nível do consumidor, tal como o fazem os **Índices de Custo de Vida,** da **Fundação Getúlio Vargas** ou de outros organismos de pesquisa, como a **Fundação Instituto de Pesquisa Econômica – FIPE** e o **Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socio-Econômicos – DIEESE.**

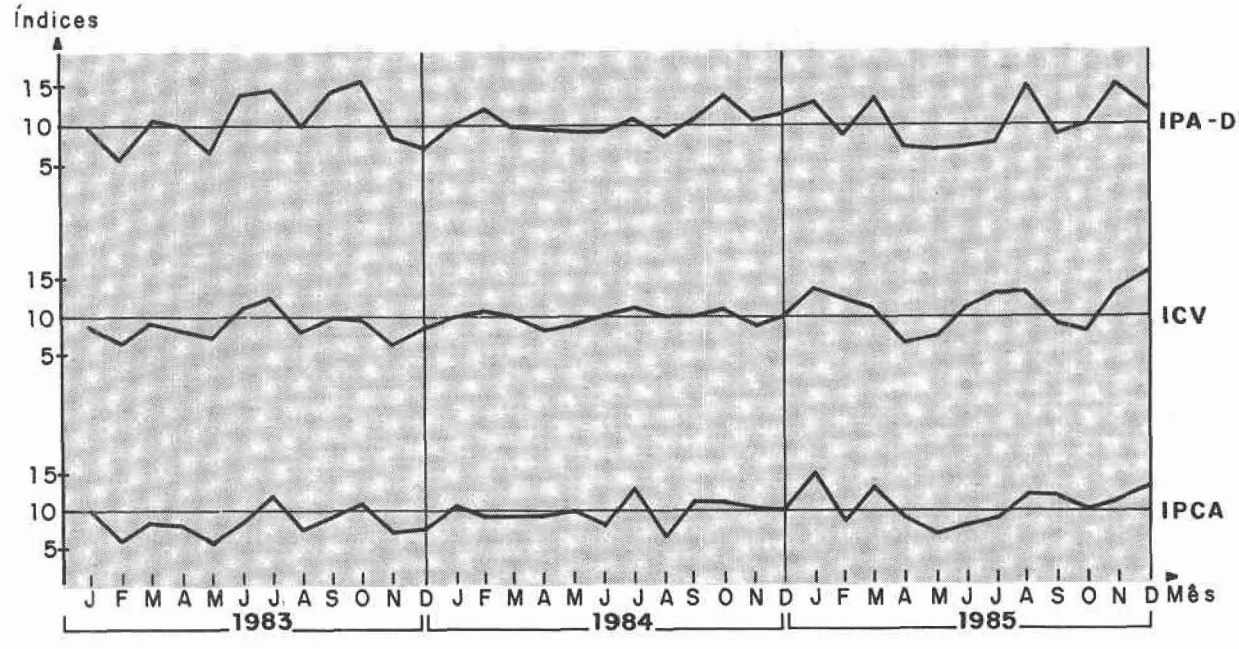
" ... em 36 observações, apenas oito vezes IPA e IPCA movimentaram-se em direções diferentes".

A comparação de diversos índices de preços indica que a sua evolução não difere muito. O Gráfico 11 mostra as variações dos **Índices de Preços por Atacado** e **Custo de Vida,** da **Fundação Getúlio Vargas** e do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor – Amplo –** do **IBGE.** É interessante observar que os movimentos do **IPA-DI** e do **IPCA** são bastante semelhantes ao longo de toda série, contrariando as expectativas. Em 36 observações, apenas oito vezes o **IPA** e **IPCA** movimentaram-se em direções diferentes. O patamar das variações mensais dos índices, por sua vez, deslocou-se claramente. Se, em 1984, os incrementos mensais do **IPA, ICV** e **IPCA** oscilaram ao redor dos 10%, no último ano, a faixa entre 10% e 15% tornou-se mais comum.

Em janeiro de 1986, o **IPCA** atingiu a memorável marca dos 16,2%, enquanto a variação do **IPA-DI** situou-se em 18,0% e a de **ICV** em 15,7%, mostrando, claramente, que, enquanto se insistir em combater a

ÍNDICES DE PREÇOS – VARIAÇÕES MENSAIS DO IPA-DI, ICV E IPCA

GRÁFICO 11



FONTE – Conjuntura Econômica

inflação mudando-se o índice utilizado para medí-la, ou o período de coleta, ou os métodos de cálculo, não se chegará a lugar nenhum.

A preocupação com o acompanhamento das taxas de inflação leva, também, a maioria das pessoas, e nisto parece que se incluem os próprios formuladores da política econômica, a observarem a evolução dos preços sob uma ótica distorcida. É fato conhecido que à medida em que a inflação se acelera, há uma mudança de preços relativos, já que alguns setores da economia têm maior capacidade de acompanharem, ou mesmo de se anteciparem ao ritmo de crescimento das taxas de inflação. Contudo, neste momento, há uma generalizada e dificilmente explicável distorção, que faz, por exemplo, com que um quilo de café, torrado e moído, da pior qualidade, possa ser vendido, no varejo, muito acima de um quilo do melhor presunto cozido existente no país ou, conforme recentemente destacado na imprensa, do de um quilo de um automóvel **sedan**, novo, do último tipo, ou, ainda, de que um quilo de soja em grão custe, aproximadamente, o mesmo que um quilo de milho.

Há, também, e isto talvez seja menos percebido, uma crescente dificuldade em se acompanhar a evolução média dos preços entre dois períodos. A própria inércia do processo inflacionário faz com que os valores nominais entre dois intervalos quaisquer sejam mais elevados no segundo do que no primeiro. Entretanto, esse segundo valor pode ser, descontada a perda de poder aquisitivo da moeda, inferior ao primeiro. A desconsideração desse aspecto pode levar a conclusões que, transformando-se em atos, são capazes de provocar resultados opostos aos esperados. Tome-se como exemplo ilustrativo um produto cujo preço, por suposição, fosse igual a Cr$ 57.227, em janeiro de 1985 e a Cr$ 220.000, em dezembro do mesmo ano. Se se comparar, como é feito amiúde, a taxa de crescimento (284%) com a da inflação (235%) no mesmo intervalo concluir-se-á que devem ser adotadas providências para impedir o crescimento desse preço acima da inflação (tabelamentos e importações). Estas medidas podem ter efeito positivo quanto ao crescimento do preço mas podem, também, provocar uma redução na oferta do produto, no período seguinte, e aí será muito mais difícil impedir nova elevação do seu preço. Entretanto, caso se observe o comportamento do preço, ao longo do ano, poder-se-á ver que, apesar da alta registrada entre esses dois extremos, houve momentos em que o preço cresceu abaixo das taxas de inflação e que, tomando-se as médias dos preços corrigidos entre os dois anos, na verdade o preço registrou queda, em termos reais. Então, do ponto de vista de uma política econômica, as medidas a adotar serão outras: apoiar os produtores para que a produção possa se expandir, sem que a atividade se torne deficitária, o que levará parte dos produtores a buscar alternativas mais rentáveis, reduzindo a oferta e, portanto, criando as condições para um aumento de preços decorrentes da escassez.



Estas considerações são extremamente importantes, particularmente no caso da agricultura, atividade em que os preços estão sujeitos a uma flutuação sazonal bastante intensa e que poucas vezes coincide com o ano civil. Comparem-se as taxas de crescimento dos preços de produtos agrícolas do Quadro 03 com a evolução dos preços médios anuais dos Gráficos 01 a 09 e verifiquem-se como serão diversas as conclusões, de conformidade com o ângulo pelo qual se as analisar (ver, por exemplo, algodão, feijão e milho).

QUADRO 03 – BRASIL – VARIAÇÃO PERCENTUAL DO PREÇO RECEBIDO[1] PELOS AGRICULTORES – 1985

DISCRIMINAÇÃO	JANEIRO A DEZEMBRO 1985
LAVOURAS	261
Algodão em caroço	192
Amendoim em casca	120
Arroz em casca	267
Banana	212
Batata-inglesa	297
Cacau	210
Café em coco	479
Cana-de-açúcar	192
Cebola	361
Feijão	217
Fumo em folha	339
Laranja	188
Mamona	27
Mandioca	129
Milho	224
Soja	186
Tomate	229
Trigo	277
PRODUTOS ANIMAIS	256
Boi gordo para corte	281
Suíno para corte	259
Frango de corte	233
Leite	234
Lã	110
Ovos	164
Mel de abelhas	197
AGROPECUÁRIA	259

FONTE – FGV/IBRE/CEA.
[1]Em Cr$ correntes.

PERSPECTIVAS

Para 1986, os desafios são muitos. As expectativas são de aceleração da inflação, aguçadas, ainda mais, pelo índice de janeiro. As safras serão bem menores do que as de 1985, conforme indicam os prognósticos do IBGE, apresentados no Quadro 04. A preo-

" ... nos patamares de agora, pressões adicionais sobre os índices de preços são capazes de gerar maior descontrole inflacionário".

cupação com o abastecimento se justifica, não só porque este é um ponto socialmente bastante sensível, mas também, em função de que, nos patamares de agora, pressões adicionais sobre os índices de preços são capazes de gerar maior descontrole inflacionário.

É oportuno lembrar, que, no que diz respeito à demanda por gêneros alimentícios, essas pressões devem ser bem qualificadas. A disponibilidade interna *per capita* de alimento tem caído, desde o início da década. A ausência de problemas de abastecimento nos últimos anos, só pode ser explicada pelas quedas de salários reais, verificadas a partir de 1982 (Gráfico 12). É natural, portanto, que a recomposição de salários venha acompanhada de um crescimento da demanda por alimentos.

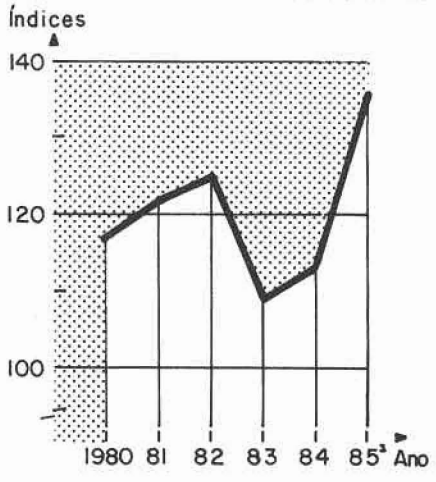
QUADRO 04 – PRODUTOS AGRÍCOLAS SELECIONADOS – PRODUÇÃO OBTIDA EM 1985 E ESPERADA EM 1986 NO CENTRO-SUL E EM RONDÔNIA (1.000 t)

PRODUTOS	PRODUÇÃO		
	Obtida em 1985	Esperada em 1986	Variação %
Algodão herbáceo	2.191	1.045	–52
Amendoim	260	175	–33
Arroz	7.701	8.079	5
Batata – 1ª safra	1.208	1.069	–12
Feijão – 1ª safra	1.080	574	–47
Mandioca	8.601	9.057	5
Milho	20.319	17.663	–13
Soja	18.194	15.498	–15

FONTE – IBGE – Prognóstico da Produção Agrícola de dezembro de 1985.

FIESP – INDICE DE SALÁRIOS REAIS (1978 = 100)

GRÁFICO 12



FONTE – Conjuntura Econômica

1 Média de janeiro a agosto.

Nem à seca, nem a esse crecimento poderá, entretanto, ser simplesmente atribuída a responsabilidade pelos problemas que por acaso venham a ocorrer no abastecimento, em 1986. É claro que, obrigatoriamente, se terá de providenciar o suprimento necessário para atender a demanda interna de gêneros básicos. De outro modo, novamente causa e efeito se confundirão.

Poder-se-á argumentar, por exemplo, que não se devem recompor as perdas salariais porque, assim sendo, o aumento da demanda por alimentos poderá pressionar a inflação.

Entre importações, administração de estoques e estímulo ao plantio das safras da seca no Centro-Sul e no Nordeste, as autoridades dispõem de razoável margem de manobra, para assegurar a oferta dos alimentos que a renda do conjunto da população lhe possibilitar adquirir.

Quem sabe se, em 1986, formulando-se e implementando-se uma verdadeira política de abastecimento obter-se-á, como efeito colateral, o tão almejado sucesso no combate à inflação.

(LEILA TENDRIH DE FREITAS ALMEIDA e MARIA JOSÉ CYHLAR MONTEIRO, economistas do CEA/IBRE/FGV).

Os preços de grande parte dos produtos agrícolas registraram níveis extremamente baixos em 1985. Entretanto, houve também, casos de altas consideráveis (já descontada a inflação), como os da batata-inglesa e do café, que merecem comentário. Embora tendo sido bem menor, a elevação dos preços do arroz também é passível de consideração.

No caso do arroz, a evolução dos preços, em 1985, esteve muito ligada à comercialização da safra. Nos primeiros meses do ano, os produtores gaúchos, insatisfeitos com o preço mínimo, retiveram parte da colheita, na esperança de que o governo concordasse em reajustar os preços. Quando ficou claro que isto não ocorreria, a pressão das vendas levou ao forte declínio das cotações. Já os produtores goianos, comercializaram sua safra normalmente. Entretanto, a quebra da produção maranhense, de quase 50%, teve um impacto altista no segundo semestre. É importante registrar que o Maranhão produz, em anos normais, cerca de 12% do total nacional e que as flutuações da safra estadual exercem impacto considerável sobre os preços nacionais. O Maranhão garante boa parte do abastecimento de arroz ao Nordeste. Quando sua colheita é reduzida, a necessidade de importar arroz do Centro-Sul eleva substancialmente os preços. Quando a safra maranhense é abundante, boa parte vai para Goiás, exercendo pressão no sentido de baixa dos preços.

Se houvesse interesse, ao se confirmarem perdas no plantio do Centro-Sul, em 1986, poder-se-ia ter concedido estímulos excepcionais ao cultivo maranhense, por exemplo, ao invés de só se pensar em importações (ver **Agroanalysis**, vol. 9, nº 12, dezembro de 1985).

Em São Paulo, o preço da batata-inglesa alcançou alta de 25%. No Paraná, embora o preço médio tenha permanecido, em termos reais, em nível bem próximo daquele verificado no ano anterior, isso só foi possível dada a reação registrada a partir de agosto, pois nos primeiros meses do ano os preços foram muito inferiores aos praticados um ano antes. Ainda assim, em 1985, foram bastante menores do que a média do último qüinqüênio, mas subiram em relação ao ano anterior, refletindo queda de 10% na produção nacional. Os produtores se endividaram, como conseqüência dos baixos níveis de preços verificados em 1984 e dos pesados encargos financeiros incidentes sobre o crédito rural.

Como se sabe, a batata-inglesa é altamente perecível e extremamente exigente no que se refere aos tratos culturais. Não está enquadrada na política de garantia de preços, de modo que estes flutuam ao sabor da oferta e da demanda, sendo sua amplitude bastante acentuada ao longo do ano e entre anos. Há duas grandes safras, a das **águas** e a da **seca**, e é possível, ainda, em certas regiões, obter uma terceira safra. A presente crise levou as autoridades a retomarem um **Plano Nacional**, visando a incrementar a produção (ver **Agroanalysis**, vol. 10, nº 1, janeiro de 1986).

O café é um produto que se coloca no extremo oposto ao da batata-inglesa, no que se refere à intervenção governamental. Lavoura tradicional de exportação, já foi a principal fonte de divisas brasileira e até hoje o país ocupa o lugar de maior produtor mundial. Os preços internos refletem, em larga medida, o comportamento do mercado externo, mas as safras brasileiras influenciam grandemente aquele mercado.

A produção brasileira de café, no qüinqüênio 1980-84, foi, em média, 35% superior à do qüinqüênio anterior (sensivelmente prejudicado pela geada de 1975). A produção de 1985, por sua vez, foi 23% menor do que a média do qüinqüênio 1980-84. Contudo, os preços recebidos pelos produtores, em 1985, registraram um crescimento real de 62% em relação aos de um ano antes, sendo vários os fatores que contribuíram para isto. Houve escassez, nas duas safras passadas, de cafés de boa qualidade, o que provocou expressiva elevação das cotações no início do ano. Entre março e agosto, os preços recebidos pelos produtores caíram acentuadamente, à medida em que se consolidavam as perspectivas de uma colheita recorde, em termos quantitativos (a 2ª maior safra do período 1975-1985) e de excelente qualidade. Em junho, o **IBC** instituiu o **Programa de Retenção Temporária de Estoques** (ver **Agroanalysis**, vol. 9, nº 7, julho de 1985 e vol. 9, nº 11, novembro de 1985), com a finalidade de impedir maior deterioração das cotações, tanto externas quanto internas. Nos últimos meses do ano, os preços no nível do produtor, iniciaram vigorosa ascensão, devido às perspectivas de quebra da safra futura, como decorrência da estiagem nas principais áreas produtoras.

No caso do café, as ações desenvolvidas pelas autoridades econômicas foram bastante conflitantes. De um lado, a subida dos preços no nível do produtor interno (e a alta especulativa nas Bolsas mundiais) não se refletiu em aumento da receita cambial, dada à concessão de descontos aos compradores externos, para garantir o aumento da quantidade exportada e, portanto, das cotas regidas pelo **Acordo Internacional do Café**. Por outro lado, a muito acentuada alta verificada no mercado interno só tardiamente foi estancada, apesar de que, como se disse, a safra colhida em 1985 ter sido das mais substanciais dos últimos anos.